



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681238 - MG (2021/0225554-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : VICTOR KAMORY TOLENTINO PACHECO
ADVOGADO : VICTOR KAMORY TOLENTINO PACHECO - MG197427
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ALISTON SANTOS PARREIRA (PRESO)
CORRÉU : HALISSON VERON
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALISTON SANTOS PARREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1.0702.15.002310-0/001).

O paciente foi condenado como incurso nos artigos 157, §2º, inciso I e II, c/c art. 70 (por três vezes), ambos do Código Penal. A reprimenda foi fixada em 6 anos, 7 meses e 6 dias, em regime semiaberto.

O impetrante sustenta que há um erro cometido na 3ª fase da dosimetria da pena, o qual foi cometido pelo juízo de primeira instância e corroborado pelo TJMG. Alega que o magistrado não fundamentou concretamente a necessidade da incidência dos valores somados das duas causas de aumento de pena, tendo se limitado simplesmente a indicar o número de majorantes e suas respectivas funções, sem justificar a necessidade da aplicação de uma fração maior de aumento.

Requer a concessão da medida liminar, *inaudita altera pars*, ante a flagrante ilegalidade, para fazer incidir somente a fração de 1/3 nos termos do texto sumular e do parágrafo único do art.68 do CP. Ao final, o conhecimento da presente ordem ou sua concessão de ofício para, confirmando a liminar anteriormente deferida, afastar o aumento de 3/8 constante da sentença, fazendo incidir somente a fração de 1/3 em relação ao concurso de causas de aumento de penas previstas na parte especial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente